



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta nº 3/2009

Realizada em 30 de Abril de 2009



ACTA N.º 3/2009

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e nove, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís Gavinhos e secretariada pelo Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e Senhor António Rodrigues Almeida.

Efectuada a chamada, verificou-se a falta dos seguintes Membros: José Manuel Anacleto, Maria de Lurdes Figueira, José Neves Costa, José Soares, Luís Lourenço, Torcato Mendonça, que justificaram atempadamente a sua ausência e foram substituídos respectivamente pelos membros Fernando Cruz, José Luís Oliveira, Pedro Ribeiro, Berta Oliveira, Isabel Coelho e Vítor Cunha. Faltaram ainda os Membros Vítor Ângelo Martins, José Vaz Henriques, Rosa Moreira, Amândio Madaleno, Luís Martins, António Martins e João Donato Carvalho que não apresentaram qualquer justificação.

Do Executivo faltou a Senhora Vereadora Adelaide Maria Carvalho.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do município;

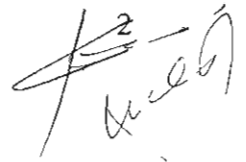
2.2 – Apreciação e Votação da Prestação de Contas da Contas – Ano 2008;

2-3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de caracterização dos postos de trabalho referente ao mapa de pessoal do Município do Fundão;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização da concessão da exploração e gestão do serviço de transportes colectivos urbanos da cidade do Fundão”.

O Sr. Presidente da Mesa em Exercício cumprimentou os presentes e colocou a discussão a acta nº 2/2009, tendo a mesma aprovada por maioria com 1 abstenção da Membro Isabel Coelho, uma vez que não tinha estado presente naquela sessão.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Rogério Hilário – Declarou fazer a sua intervenção como membro da Assembleia Municipal, mas também como Presidente da ACIF, para fazer alguns esclarecimentos. Ao membro Vítor Cunha, Presidente da Comissão Política do PS, disse que o que tem afirmado nos diversos órgãos da comunicação social não é verdade. Que a ACIF sempre foi a favor da transferência do mercado para o local onde está, sendo assim falso aquilo que ele afirma, o que pode comprovar com documentos que tem na sua posse. A Câmara Municipal tem há muito tempo um estudo, entregue em sessão de Câmara, com um parecer que indica ser esta a melhor localização. A sua associação nunca se pronunciou publicamente relativamente à questão das taxas do mercado, pelo que é também falso o que afirma neste âmbito. Perguntou como é que os comerciantes desta cidade beneficiam com a isenção de taxas por parte dos feirantes, declarando ignorar se o Senhor Vítor Cunha se estava a referir aos feirantes do mercado municipal ou da praça municipal. Gostaria que aquele membro solicitasse ao seu Governo que isentasse todas as empresas de portagens, taxas de justiça, ou registos notariais, porque também estamos em crise. Parece-lhe que é aqui que está a demagogia e não se devia olhar só para o mercado, a não ser que não tivessem interesse em que o mesmo se transferisse. Devia sim haver uma palavra para com a Câmara, congratulando-se por termos ali um local digno para operadores, finalmente organizado e a funcionar. Pediu ao membro Vítor Cunha que não se referisse mais à ACIF, enquanto político, porque esta não é um partido político, mas sim uma entidade que representa os sócios e empresários deste concelho, que são os seus sócios.

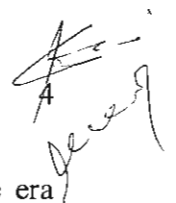
Isabel Coelho – Apresentou um documento que se junta à presente acta – Anexo I.

Nuno Baltazar Mendes – Começou por referir que compreende as qualidades do Membro Rogério Hilário, mas que não estamos numa câmara corporativa, mas na assembleia municipal que é um órgão político onde se assumem as opiniões como políticos. A Câmara corporativa foi felizmente extinta no dia 25 de Abril de 1974. De seguida apresentou um documento que se junta à presente acta constituindo o Anexo II.

Vítor Cunha – Começou por esclarecer que a proposta apresentada pelo PS em sessão de Câmara relativa aos feirantes do mercado, não era mais do que o resultado de uma

reunião com aquele grupo de empresários, na qual lhes foi transmitida a sua preocupação relativamente à vinda do mercado para junto do pavilhão multiusos e que o mercado do Fundão era aquele que praticava as maiores taxas da região, o que poderia levar alguns a desistir de aqui trabalhar. Um mercado forte no Fundão é benéfico para os seus comerciantes, daí o PS ter solicitado em termos de exclusividade e excepção, durante 1 ano que fossem abolidas estas taxas, tendo em conta que o mercado está a renascer no centro do Fundão. O PS sempre defendeu a transferência do mercado e se navegar na INTERNET constatará esse facto, ao contrário do PSD que sempre se calou aqui e noutros órgãos. A ACIF deverá servir como porta-voz dos comerciantes, mas mais uma vez não o foi, tal como devia ter sido com os parquímetros. Quando se fala em concorrência leal, o Membro Rogério Hilário deveria mencionar também a concorrência desleal que é a abertura de um restaurante pela Câmara Municipal na Moagem, outro no Parque Desportivo, outro em Janeiro de Cima e o um salão de chá no Parque das Tílias. Se falar com alguns dos seus associados, o membro Rogério Hilário verificará que nenhum estará contente com a concorrência da Câmara. Continuará a ouvi-lo falar sobre a ACIF, porque esta está mal representada.

Jorge Santos – Disse que as questões levantadas nas últimas sessões continuam por resolver, excepto a colocação de uns remendos na estrada municipal entre a rotunda Póvoa Palhaça/Mata da Rainha/Enxames e a sede de freguesia. Este mau trabalho originou até alguns acidentes com alguma gravidade, o que é de lamentar. Relativamente ao caminho das sesmarias disse que não queria acreditar que o Senhor Presidente da Câmara não pavimentava aquela artéria por ele próprio nunca ter falado nisso, porque todos sabem que aquele caminho era uma das prioridades da Junta de Freguesia de Vale de Prazeres de há 7 anos e meio a esta parte. Quanto ao saneamento de Póvoa Palhaça, Monte Leal e Cortiçada o Senhor Presidente da Câmara terá dito que não havia concurso nem disponibilidade, mas segundo informação recente e depois de ter estado no terreno com os técnicos, a obra iria ser realizada em breve. Relativamente à afirmação do Senhor Presidente da Câmara, que numa das sessões da autarquia afirmou que existiam presidentes de junta que não eram cooperantes, disse esperar que não o estivesse a colocar no mesmo saco porque sempre o foi e será sempre. Relembrou na “cratera” do caminho da Lomba, que não permite a circulação de carros pesados, e não entende porque isso não é resolvido, já que qualquer dia acontece ali uma desgraça.



Eduardo Saraiva – Disse que ia de ter alguma calma nesta intervenção, já que era daqueles cidadãos que navega na INTERNET e por acaso viu por lá o mercado do PS, mas não encontrou por exemplo a escola de Hotelaria do Fundão/PS. Será que não reconhecem a sua importância? Manifestou a sua preocupação, já que dos dados que obteve, dos cerca de 150 feirantes que ocupam o mercado, cerca de 120 não são do concelho do Fundão. Acha que isto merece alguma ponderação. Sobre a intervenção do Membro Baltazar Mendes, considerou algumas das questões um pouco virtuais, já que lê os jornais e vê televisão e só constata a presença de um Ministro em Castelo Branco, um Secretário de Estado em Oleiros, em Penamacor, em Idanha-a-Nova e nunca vê falar no Fundão. Será que o Fundão não gosta deles ou alguma vez a Câmara os impediu de cá entrar? Sobre a A23 considera que não era só fruto do trabalho do PS, já que começou a ser construída com um governo do PSD. Agora vê betão por todo o lado, mas também gostava de ver algum na Escola de Hotelaria do Fundão.

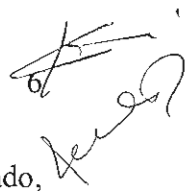
Jorge Garcez – Leu um documento que se junta à presente acta – Anexo III.

Rogério Hilário – Disse que era membro desta assembleia muito antes do Senhor Vítor Cunha que nunca desrespeitou ninguém pessoalmente, nem nunca o fará. Tem 3 mandatos que os sócios lhe conferiram naquela instituição e é com sacrifício pessoal, familiar e financeiro que se exerce o associativismo. Considerou-a “uma profissão nobre” quando feita em espírito de missão. Os documentos falam por si pelo que o Membro Vítor Cunha não deve voltar a faltar á verdade das coisas. Perguntou-lhe também qual era a infra-estrutura, das que mencionou, que estava a ser explorada pela Câmara Municipal já que os exploradores dos espaços que referiu são empresários como os outros. A Câmara simplesmente criou a infra-estrutura e colocou à disposição de quem quis investir. O PS do Fundão está muito mal representado com a presidência do Senhor Vítor Cunha na sua comissão política concelhia.

Nuno Baltazar Mendes – Utilizando a figura regimental da defesa da honra da bancada apelou ao bom senso e à serenidade, já que se devem entender pela força dos argumentos e não das palavras. Não é o tom de voz que nos dá mais ou menos razão. O que é absolutamente decisivo e vital é existir ali o respeito democrático. O PS do Fundão é representado pelos militantes que os elegeram e não é necessário descer-se a esse nível crítico para defender as respectivas posições. Se não se entenderem ali dentro, lá fora é que ninguém entende e essa é a responsabilidade de todos.

Vice-Presidente da Câmara – Começou por dizer que a primeira intervenção do membro Nuno Baltazar teve muita falta de bom senso, ao contrário do que apregoeou na sua última intervenção. Considerou infundada a acusação que lhe foi feita de ter intervindo durante a sessão solene do 25 de Abril na qualidade de Presidente da Distrital do PSD de Castelo Branco e não de Vice-Presidente da Câmara do Fundão, fazendo uma inversão de papeis, considerando também que pelas palavras daquele membro, se bajularmos o governos talvez tivessem hipótese de assinar com o actual Governo alguns contratos programa, para recebermos algumas benesses. O governo PS só assina contratos/programa com Câmaras do Partido Socialista, alheando-se das restantes, exemplificando com o anuncio feito em Penamacor por um membro do governo, do estudo prévio do projecto da realização da estrada Penamacor/Fundão, que teve a desfaçatez de não convidar ninguém da Câmara do Fundão, nem os Presidentes de Junta de Freguesia da Capinha e Fatela, localidades por onde passa essa suposta via. Isto é que se chama demagogia e tentativa de hostilização para com quem está mais ligado às populações. O seu discurso no 25 de Abril era um sentimento de revolta relativamente ao Governo que nos espoliou de milhões de euros legitimamente aprovado pelo governo anterior, com contratos programa já assinados, nomeadamente a Escola de Hotelaria. Esta Câmara nunca irá ser subserviente relativamente ao governo, traçou o seu próprio rumo. Considerou também que o membro Nuno Baltazar inventou quando falou do seu futuro político e que vai ser ele próprio a decidi-lo.

Presidente da Câmara – Ao Membro Isabel Coelho respondeu que a Câmara Municipal ao nível social teve uma intervenção única e inovadora no sentido de amenizar os efeitos da crise que se instalou por todo o mundo. Implementou a loja social e o mercado de emprego, apoiando dezenas e dezenas de pessoas que quiseram estar ligadas à acção social, reforçando o papel das instituições sociais. Quanto à empresa MASSITO a Câmara tem vindo a acompanhar a situação tendo reunido com a empresa, mas por agora não irá adiantar mais nada. Ao Membro Nuno Baltazar respondeu que todos os eleitos têm uma missão concedida pelas populações. Estes elegeram para seus representantes os que achavam mais capazes de os representar e defender os seus interesses. Por isso quer constitucionalmente, quer sobre o ponto de vista da sua consciência e da democracia que ele próprio perfilha que a sua primeira missão é defender os interesses dos que o elegeram, o povo do Fundão. Com certeza



que esta Câmara respeita a administração central e o governo, também ele legitimado, mas ele nunca colocará o interesse do seu partido á frente do interesse do município. Não podemos aceitar nunca o que é ser “um lobo com pele de cordeiro”, travestindo as nossas posições. Somos eleitos pelo concelho do Fundão para defender os interesses de quem aqui vive. Perguntou onde estava o PS quando uma das primeiras medidas deste governo foi retirar o ensino superior ao Fundão, uma medida aprovada e autorizada pelo governo que o antecedeu. Onde estava o PS do Fundão quando há menos de 1 ano nos tiraram os curso superior que funcionavam tão bem? Onde estava o PS quando queriam encerrar a maternidade na região? Onde está o PS quando há um QREN que devia estar a funcionar desde Janeiro de 2007 e que estamos em 2009 e ainda não existe execução financeira? Onde está o PS quando queriam acabar com a comarca do Fundão? Onde está o PS que não deixa que a nossa estrada seja requalificada até Coimbra e nomeadamente o IC 6 que nunca mais se inicia? Onde estava o PS quando foram rasgados contratos/programa no valor de muitos milhões de euros para a realização de obras importantes no concelho do Fundão? Ele, sim, sabia onde o PS do Fundão estava, que era no lado daqueles que nos faziam mal e que acham que os municípios não podem nunca ambicionar ir um pouco mais longe. Afirmou também que não lhe peçam “para ser o cordeiro” e “menino bem comportado” que abdica dos interesses das suas populações para agradar aos que estão no Terreiro do Paço, sejam de que partidos forem. Estará do lado daqueles que quiserem o bem e o progresso da nossa terra. Gosta de receber as pessoas e os membros do governo e que inclusivamente convidou uma Senhora Secretária de Estado a presidir às comemorações do 9 de Junho e até para lançar os transportes urbanos da cidade. Quando o governo quiser colaborar e cooperar com a Câmara do Fundão ele estará disponível, independentemente de não concordar com as políticas que têm sido prosseguidas por este Governo. O problema é que não temos tido o privilégio, a honra ou a alegria de receber o Senhor Primeiro- Ministro ou qualquer membro do governo a inaugurar alguma coisa na região. Adoraria ver inaugurar a requalificação das estradas, de novas escolas, por exemplo a nova escola superior de turismo do Fundão, que viesse inaugurar novas infra-estruturas na área social, ou do emprego. Infelizmente não temos essa alegria, porque o resultado da sua acção aqui foi zero, mas se quiserem inaugurar as muitas obras que a Câmara do Fundão tem feito são sempre bem vindos, desde que nos respeitem. Respondeu ao Senhor Presidente da Junta de Vale de Prazeres, que quando estamos a cuidar das nossas terras o melhor é deixar os partidos de lado e fazer obra, que é o que esta Câmara está a fazer.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do município.

Rogério Palmeiro – Disse que não ficava bem com a sua consciência se aqui não viesse de forma clara, honesta e séria agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à sua equipa o melhoramento visível real e constatável da qualidade de vida que os habitantes da sua aldeia passaram a ter durante os últimos 4 anos. Agradeceu também o espírito de cooperação da Câmara para com a sua junta de freguesia e com outras entidades e associações, já que todos juntos deram as mãos, lutaram em conjunto e conseguiram dotar a freguesia de um bem-estar que antes não existia. Relembrou de seguida três obras essenciais que estavam na gaveta há mais de 20 anos e que eram anseios da população: A requalificação da escola primária da Capinha, a construção da casa mortuária e o Lar de S. Sebastião. Terminou relatando um episódio que demonstra a total falta de princípios e carácter que o governo da república tem, dando conhecimento que a sua Junta de Freguesia foi contactada por uma Senhora que ali habita a solicitar informações e ajuda sobre o programa Porta 65. Após uma simulação efectuada no computador da Junta de Freguesia apareceu uma indicação que os rendimentos eram inferiores ao mínimo aceitável, pelo que, contactado o Instituto de Requalificação Urbana lhe foi informado que a Senhora recebia menos do que era exigível, pelo que não podia ter apoio aos 250 € que pagava mensalmente. Isto é ridículo, não aceita que exista um limite mínimo para alguém receber um apoio, neste caso para pagamento da renda de casa. Faltou dizerem-lhe que a Senhora é indigente e como tem de rendimento 450 € e paga de renda 250 €, documentados num contrato de arrendamento estava a faltar à verdade ao governo português. A demagogia no concelho do Fundão não a conhece, fora do nosso concelho os exemplos demonstram-no.

José Luís Oliveira – Apresentou e leu um documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo IV.



Nuno Baltazar Mendes – Disse que jamais utilizaria qualquer tribuna para falar da falta de carácter de qualquer governo, já que entende que em democracia é um qualificativo impróprio e indigno de quem o profere. Não é pelo tom de voz e pelos decibéis a mais que as pessoas têm mais ou menos razão. A crítica vale o que vale e há momentos adequados para discutir naturalmente, em eleições, que ganhará quem merecer. Não fica bem utilizar impropérios, como alguns dos que foram ditos. Fazendo uma análise ao actual mandato acha que o Senhor Presidente da Câmara poderia e deveria ter andado bastante melhor e que não lhe fica bem responsabilizar o Governo pelos seus insucessos, porque nem necessita disso. Está demasiado apegado ao partido que defende, com todo o direito. Ou seja contou uma história contrária à realidade. Quanto à informação escrita acha que é de alguém mas não do Dr. Manuel Frexes. Leu um documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo V.

Marco Marques – Disse que a parceria entre a Câmara Municipal do Fundão e a sua Junta de Freguesia tem sido um exemplo, de tal modo que hoje os seus concidadãos já dizem que não há obra da junta, da câmara ou da associação, mas um todo a trabalhar em conjunto. Referiu em particular os POPH, projecto de ajuda os idosos, a juventude, a população activa, aos desempregados, o combate à desertificação. A construção de um Lar de Idosos também se traduz em criação de postos de trabalho, nesta fase de tanta gente desempregada. Contra todas as expectativas do poder central, que só criou dificuldades, conseguiu-se durante 1 mês, elaborar e aprovar projectos, definir todos os procedimentos para se apresentarem as candidaturas. Hoje é um dia particularmente feliz para si já que num mês a freguesia da Orca conseguiu apresentar uma candidatura ao POPH em condições de ser aprovada. Realçou que isso não seria possível sem o trabalho realizado pela Câmara Municipal, e o esforço dos seus técnicos. Espera que os que lhes deram um prazo tão curto para apresentar candidaturas não vão criar mais barreiras e mais dificuldades e que não se esqueçam que independentemente da cor, a freguesia da Orca tem 350 idosos com mais de 65 anos a necessitarem daquela infra-estrutura. Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara toda a ajuda prestada.

Eduardo Saraiva – Disse que mais uma vez ia vestir a sua camisola do “partido do Fundão” para se referir à crítica formulada pelo Membro Nuno Baltazar de que a Câmara devia ter andado melhor. A Câmara andou da forma possível, mas numa velocidade muito superior à dos 14 anos em que o PS exerceu essa função. Foi por isso



que quando esta Câmara se apresentou pela primeira vez a eleições foi premiada numa forma expressiva. Perguntou se a Câmara ao criar as infra-estruturas para os restaurantes “O Fiado”, “A Moagem”, ou “Parque Desportivo da Piscina” e outros não estava a prestar um serviço público. Se não criou condições para empresários investirem de forma a criarem postos de trabalho. Sobre a escola superior de turismo considera que ainda estamos a tempo de nos unir para que ela volte a ser uma realidade no Fundão. Gostaria que o PS do Fundão conseguisse influenciar quem de direito, de forma a repensarem esta situação, já que a escola estaria muito melhor no Fundão.

Jean Barroca – Disse que o Membro Baltazar Mendes nos brindou mais uma vez com um “agradável exercício de retórica” em que se pronuncia sobre a informação escrita. Estranha que das mesmas folhas e das mesmas frases se consigam tirar informações tão contraditórias. Não percebe como é que a mesma pessoa que ainda hoje disse que o PSD a certa altura era contra a A23 e que aqui foi contra o edifício da Moagem, se possa agora esquecer e passar de uma pessoa céptica em relação à Moagem quando já se tinha pronunciado a favor de tal empreendimento. Entretanto, hoje temos o PS, que um dia é a favor “vai numa onda” e noutra dia a seguir “vai noutra completamente diferente” e critica aquilo que é a aplicação de avultados recursos na cultura na cidade do Fundão. A informação escrita do Senhor Presidente revela um claro fomento para a diversidade cultural. No Ministério da Cultura existe uma “cultura minimalista”, para não dizer inexistente, porque não existem verbas, já que o governo não apoia, não se interessa com a cultura do País. O Fundão é a antítese dessa atitude e tem uma política de cultura activa. Relativamente ao desemprego disse que gostava de ver no PS do Fundão uma posição activa na resolução deste grave problema. A informação escrita revela também uma aposta clara no desporto e na juventude, pelo que lhe permite perguntar e relembrar os tempos em que foi presidente da associação estudantes e ao solicitar apoio à Câmara Municipal lhe deram 100 € por um espaço e uns parafusos para montar o palco. Pouco tempo depois houve uma mudança no Fundão e conseguiu-se com a mesma escola e com as mesmas pessoas fazer 1 mês inteiro de cultura. Perguntou também o seguinte “Será que uma aposta clara num projecto integrado de turismo para esta região não era ter ensino superior no Fundão? Ou será que o Instituto Politécnico é uma aposta menor, ou ensino de menor qualidade? O PS deixou cair a escola e o PS do Fundão não se associa ao resto das pessoas. Agradeceu ao Senhor Presidente a sua informação escrita, relativa à cultura e a diversidade e pluralidade que esta Câmara promove no Fundão.

Abel Rodrigues – Questionou o Senhor Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, considerando que os membros do PSD aproveitam este ponto da ordem de trabalhos para se substituir ao Senhor Presidente da Câmara e responder aos membros do PS e nada diz sobre esse facto, ou seja deixa que dissertem sobre tudo menos sobre o que está em discussão. Ou o Presidente da Mesa exerce as suas funções cumprindo o regimento ou então que diga que não tem capacidade para pôr os membros do PSD em ordem e assumir responsabilidades. O Senhor Presidente da Mesa é muito solícito a cortar a palavra aos membros do PS mas não tem a mesma atitude com os do PSD.

Presidente da Mesa em Exercício – Mencionou como exemplo que, sem que a Mesa tivesse dito nada, o Membro Nuno Baltazar falou 14 minutos (podia falar 10) e durante 6 minutos não abordou qualquer ponto da ordem de trabalhos. A Mesa continuará a fazer o que pode porque abre excepções a todas as bancadas e tudo fará para manter o debate elevado, que é a regra própria do que é o Regimento e a democracia.

Isabel Coelho – Não participava há muito tempo nas sessões da Assembleia Municipal e é com grande desgosto que está de novo a participar neste órgão, não pelo órgão em si, mas pela falta de respeito que muitos dos intervenientes manifestam pela AM e por outros dos seus elementos. São piropos, são insultos, parece que interessa tudo menos o Fundão. “Tirando a CDU, isto tem sido uma feira que envergonha a democracia”, disse. O objectivo da Assembleia Municipal não é o que aqui se tem visto e são quase 20.00 horas e ainda não se entrou no que verdadeiramente interessa aos munícipes.

Jorge Garcez – Disse que este governo não se candidatou, através de fundos comunitário, a 1 cêntimo, relativamente a infra-estruturas ao ensino superior. Como este tema não é prioridade para o governo, os problemas vão continuar a existir e não se resolvem porque o Governo não quer e não se candidata.

António Rodrigues – Quanto às comemorações do Dia Mundial da Poesia, considera que, sendo Eugénio de Andrade natural da freguesia de Póvoa de Atalaia, devia haver pelo menos 1 dia em que qualquer actividade fosse realizada na sua freguesia. Deu razão à Membro Isabel Coelho, considerando que se fala mais em política do que em trabalho, e ouviu coisas que nada têm a ver com a ordem de trabalhos Convidou a Assembleia Municipal a visitar o sul da Gardunha, para observar a diversidade de frutas e acha que, além da cereja, se devia fazer uma feira do pêssego e outras frutas.

Rogério Hilário – Disse que tinha muito respeito pelo membro Isabel Coelho, mas que nesta Assembleia nenhum elemento da sua bancada será amordaçado e impedido de dizer o que tiver de dizer sobre o concelho do Fundão. Disse que estava disponível para extra assembleia e em torno do Fundão discutir tudo e sempre.

Presidente da Câmara – Respondendo ao membro José Luís Oliveira disse que a Câmara não defende a privatização da água. O principal activo que querem receber com a concessão da água é que se repercuta junto do consumidor, nomeadamente através do baixo preço, da boa qualidade e do investimento. No concurso efectuado pela Câmara a regra primordial é que a concessionária não podia aumentar mais que o valor da inflação em cada ano. Informou também que o processo está um pouco atrasado porque a Câmara queria saber quais as intenções do Governo relativamente a esta matéria, o que finalmente aconteceu. Em Março de 2009 é que as Águas de Portugal, através das Águas do Zêzere e Côa vieram comunicar qual era o seu modelo de negócio para a chamada concessão “em baixa”. Esta Câmara ficou preocupada porque o preço por metro cúbico iria atingir o valor de 4,7 €, o que seria uma catástrofe para os nossos consumidores. A Câmara comunicou à empresa Águas de Portugal que tinha um concurso em andamento, onde a água não podia aumentar mais do que os valores actuais, o valor da inflação em cada ano. Aquela empresa não recebeu a informação de forma cordial, indo ao desprazo de afirmar que a Câmara do Fundão estava a elaborar uma campanha contra as Águas de Portugal. Relativamente ao concurso existe uma empresa especializada que está a analisar as propostas a concurso e também a proposta da empresa Águas de Portugal, que lhes foi remetida. Deu também conhecimento que se fosse avante a proposta da empresa Águas de Portugal, a água subiria de preço cinco vezes o seu valor actual. A Câmara seguiu um caminho próprio e quem vier a explorar a água em baixa, face às directivas comunitárias, tem que respeitar as regras de financiamento social instituídas por esta Câmara Municipal. Hoje temos os dados para que possamos fazer com clareza, com equidade e com justiça uma análise objectiva àquilo que é melhor para as nossas populações. Respondeu ao Membro Nuno Baltazar Mendes que vê nele uma capacidade de transmutação, em conformidade com a Câmara onde está a falar. Por uns momentos pensou que estava a ouvir aquele membro a falar na Assembleia da República contra o governo e a dirigir-se ao Primeiro-Ministro. Mais uma vez aquele Membro dirigiu-se mal no seu alvo e devia ter falado para o seu Governo e não para este Executivo, nem este povo do Fundão. Nós somos vítimas das

políticas erradas feitas ao longo dos últimos anos e que nos levaram a esta situação. Informou também que há cerca de 1 mês estavam confrontados com quase uma missão impossível, que era a missão de reforçar a nossa rede social em mais 14 projectos que podiam ser apresentada ao POPH. Mas deitou-se mãos à obra e a Câmara juntamente com Departamento DIVDOT e seus parceiros conseguiu-se a tempo e horas candidatar aquelas obras. Ao membro António Rodrigues disse-lhe que não nos preocupamos só com a cereja mas com todos os nossos produtos endógenos a muitos níveis. Aproveitou para convidar os presentes para a inauguração da feira do queijo na Soalheira.

2.2 – Apreciação e Votação da Prestação de Contas da Contas – Ano 2008

Presidente da Câmara – Apresentou um documento que se junta à presente acta, constituindo o Anexo VI.

Vice-Presidente da Câmara – As receitas correntes eram de 17,061 milhões de euros e as receitas de capital de 15.224 milhões, as despesas correntes são 14.594 milhões e despesas de capital 18.512 milhões. O compromisso da Câmara era de 30 milhões, pelo que foi ultrapassado o compromisso assumido pelo Senhor Presidente da Câmara aquando da apresentação do Plano e Orçamento para 2008. Verifica-se também que existe uma transferência de receitas correntes para despesas de capital na ordem dos 2,5 milhões. Informou também que existe um decréscimo dos impostos directos. No IMT houve uma redução de cerca de 366.00 €, originada pela situação económica que Portugal atravessa e isenções concedidas. Destacou também a subida da rubrica juros, devido à subida brutal da EURIBOR em 2008. Nas despesas de pessoal esta Câmara gastou menos em 2008 que em 2007 e cumpriu-se tudo o que a legislação obriga. As dividas a fornecedores atingem o valor de 6.937 milhões e o endividamento líquido da Câmara é de 29.062 milhões. A dívida líquida nestes últimos 7 anos é de 51 milhões, ou seja o que este município acrescentou às contas do município, havendo também um investimento versus captação de fundos comunitários nos dois mandatos com um valor elegível de 277 milhões, em que foram aprovadas 170 milhões destas candidaturas e tiveram uma comparticipação comunitária directa de 84 milhões de euros. A execução física de 2002 a 2008 foi de 299 milhões e a dívida líquida ficou pelos 51.700 milhões, que corresponde a 19% da execução física global, significando que por cada euro de dívida se investiu cerca de 6 euros.

Abel Rodrigues – Disse que fazia esta intervenção não para questionar números, mas para questionar as opções desta câmara municipal. Considerou esta prestação de má, em primeiro lugar porque as despesas correntes aumentaram no último ano cerca de 2 milhões euros, uma variação de cerca de 20% relativamente ao ano anterior. As despesas de capital de 2007 para o ano de 2008 caíram quase cinco milhões de euros, uma redução superior a 21%. A execução das em relação às despesas, perante uma previsão de 60 milhões, foi apenas executado 18.512 milhões de euros. Isto traduz que se a câmara não utilizasse os empréstimos que faz, mais não faria do que pagar os ordenados aos funcionários, isto para não falar no tal “monstro” que é a dívida que o Senhor Presidente assumiu que era de 70 milhões, mas que na realidade é de 77 milhões. Dito de outra forma, cada fundanense “deve” 2447 €, quando em 2007 devia 2.000 €. A este ritmo e caso esta Câmara aqui continuasse muito tempo, rapidamente se chegaria à insolvência financeira, se é que ainda não chegamos lá. Depois de alguns comentários sobre o passado e o futuro desta Câmara falou da nova praça, considerando que do ponto de vista de resultados, todas as semanas se vêm comerciantes a abandonar aquele local. Perguntou ao Senhor Presidente se esta chama qualidade de vida ao facto de, após 7 anos de mandato, continuarmos a ter esgotos a céu aberto dentro do Fundão, pagar para estacionar no centro do Fundão, a existirem cidadãos deste concelho sem água no seu domicílio, ao facto de 60% das águas residuais não terem qualquer tipo de tratamento, sermos da cidades que menos espaços verdes tem e os poucos que existiam foram completamente descaracterizados, exemplificando com o Parque das Tílias. Perguntou também se o Senhor Presidente chama qualidade de vida ao encerramento do comércio no centro do Fundão e á proliferação de lojas chinesas, ao facto de sermos o concelho de média dimensão com maior dívida líquida. Para si, gestão exemplar é a que tem 89% de execução, com 61.814 milhões de euros de investimento, dos quais 48 milhões são de investimento real e um resultado líquido positivo de 11 milhões. Refere-se como todos percebem ao município de Castelo Branco. Falando de política de cultura desta câmara, considerou-a vocacionada para elites, não sendo destinada aos fundanenses mas para agradar a um grupo de elite do Fundão. Perguntou também o que eram os 300 milhões de investimento mencionados pelo Sr. Presidente, se foram gastos, como e em quê? Uma vez que o Senhor Presidente sempre afirmou que não conseguia investir mais que 30 milhões em cada ano e uma vez que já cá está há 7 anos, não percebe como é que o Senhor Presidente da Câmara pode falar nos tais 300 milhões de

investimento desde que entrou nesta Câmara Municipal. De seguida falou do estudo feito anualmente pelo Jornal Expresso onde é feita uma avaliação das cidades com melhor qualidade de vida e em nenhum ano aparece a referência ao Fundão, contrariamente aos municípios da Covilhã e Castelo Branco, mencionados. Mais uma vez propaganda, disse. Não compreende com é que com tanta qualidade de vida e tanta felicidade o Senhor Presidente da Câmara continuava a viver em Lisboa, convidando-o a vir viver para o concelho do Fundão.

Presidente da Câmara – Pediu desculpa por intervir já mas o comentário “de mau gosto” protagonizado pelo membro Abel Rodrigues levou-o a isso. Disse que só faltava agora que aquele Membro determinasse a forma da sua família viver. Recordou-lhe que vive e ama o Fundão tal como aquele membro. Todos nós temos o direito de sermos donos da nossa vida e há cerca de 7 anos quando regressou, fê-lo com sacrifício pessoal e com sacrifício da própria vida, mas fez tudo por gosto e continua a pensar, tal como hoje, que tomou a decisão acertada. Agora não pode é impor o mesmo estilo de vida à sua mulher que trabalha em Lisboa, a não ser que o PS se queira imiscuir na sua vida pessoal e no estudo das suas filhas.

Isabel Coelho – Embora o prazo de envio das contas esteja como previsto no regulamento interno, considerou que para um assunto de tamanha importância é pouco tempo para analisar os documentos. Solicitou que em documentos do mesmo tipo seja alargado o prazo de entrega. Focou também a má qualidade técnica do documento, quer em papel ou formato digital, o que também dificultou. Disse ainda que em termos de despesa a percentagem de execução atingiu os 40,59%, no entanto existe uma diferença grande entre o executado das despesas de capital e as despesas correntes. Se analisarmos o mapa anual de execução das grandes opções do plano verifica-se que a execução anual é bastante mais baixa do que a global.

Presidente da Mesa – Disse que já há muito tempo ficara decidido que este tipo de documentos poderiam ser remetidos em formato digital, o que não impede que quem os queira em formato papel os possa solicitar junto dos serviços da Assembleia Municipal. Quanto ao tempo de entrega, só após a resolução da Câmara os mesmos poderão estar disponíveis, o que de imediato é comunicado e remetido aos membros da comissão permanente.

António Rodrigues – Disse que gostava de ver nas contas a execução da verba destinada ao pavilhão polidesportivo de Póvoa de Atalaia. Embora compreenda que o contrato programa foi inviabilizado pelo governo, fez votos para que no próximo ano seja uma realidade.

Presidente da Mesa – Pediu ajuda para superar a situação em que se encontrava neste momento, já que só tinha inscrito o Membro Nuno Baltazar Mendes, mas este não se encontrava na sala.

Após algum tempo de espera e uma vez que o referido membro não voltou em tempo oportuno à sala, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 34 votos a favor e 2 votos contra dos membros Isabel Coelho e José Luís Oliveira.

Neste momento entrou na sala o Membro Nuno Baltazar Mendes considerando inacreditável o que tinha acabado de acontecer e pediu a palavra para apresentar um protesto, tendo-lhe sido dados pela Mesa 2 minutos para o fazer.

Nuno Baltazar Mendes – Disse que a bancada do Partido Socialista considera inadmissível o que se passou, para que conste na acta. Um deputado desta bancada inscreveu-se para intervir neste ponto da ordem de trabalhos, depois de o fazer ausentou-se por um período de 2 ou 3 minutos, imediatamente antes de um outro membro ter iniciado a sua intervenção. Após isso e sem que houvesse qualquer aviso entrou na sala e é confrontado com uma decisão absolutamente prepotente, intolerante, injusta, agressiva e violadora dos direitos de qualquer deputado municipal de prestar o seu depoimento. Em nome da sua bancada condena de forma veemente a forma como o Senhor Presidente da Mesa se permitiu dirigir este assembleia municipal e da sua bancada tem um voto de condenação, tem um voto de repulsa já que demonstrou um comportamento verdadeiramente anti-democrático. Lamenta que membros do PSD não tenham neste momento demonstrado a sua solidariedade e tenham preferido aceitar uma decisão prepotente, ilegal e intolerante da Mesa da Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa – Disse que a Mesa da Assembleia não sabendo se um seu Membro se ausenta por 2, 10, 15 ou 20 minutos continuou os trabalhos. Não podia dizer aos outros 62 membros “esperem aí porque falta aqui o Senhor Membro que quer intervir”. Se aquele Membro acha isto anti democrático e se isto é dirigir mal os trabalhos tem todo o direito de o fazer, mas ele próprio pensa que não.

Eduardo Saraiva – Disse que a sua bancada não aceitava a forma como o membro Nuno Baltazar Mendes se lhe dirigiu. Para os membros da sua bancada a situação foi muito clara, um membro ausentou-se, quis dar-se ao mesmo a palavra, registou-se um momento de espera e perante a continuidade da ausência foi colocado o documento a votação. Caso tivesse acontecido algum erro ele próprio e a sua bancada chamariam a atenção para o facto, como tal não aconteceu rejeita totalmente a situação que lhes foi apontada e lamenta que não se respeitem as decisões tomadas.

Presidente da Mesa – Concluiu a sua intervenção afirmando que o Presidente da Mesa quis dar a palavra ao Membro Nuno Baltazar Mendes, mas o mesmo não se encontrava na sala, não sabendo por quanto tempo nem o que tinha ido fazer. Em segundo lugar lamentou que apenas 1 ou nenhum membro da bancada do PS estivesse presente na sala no momento da votação do documento.

Após uma breve troca de impressões entre alguns membros da assembleia, sobre se devia ou repetir-se a votação, o Senhor Presidente da Mesa decidiu que se encontrava votado o ponto 2.2 da ordem de trabalhos, terminando este assunto.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de caracterização dos postos de trabalho referente ao mapa de pessoal do Município do Fundão

Não havendo interessados em intervir foi o documento colocado a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização da concessão da exploração e gestão do serviço de transportes colectivos urbanos da cidade do Fundão”

17
K
K

Vítor Cunha – Disse que ontem assistiu na Covilhã a um filme, que deverá estreiar no Fundão daqui a 5 ou 6 meses e que o mesmo tratava de 2 empresas concorrentes, onde uma delas sabia que a outra tinha descoberto uma fórmula que seria salvadora e viria a ter grande repercussão, pelo que tudo fez para tentar saber o que consistia essa mesma fórmula. Descobriu, ou pensava ela que tinha descoberto a tal fórmula antecipadamente e apresentou-a com sendo a oitava maravilha do mundo e um produto que faria milagres. Esqueceu-se de fazer os testes e aquilo que terá “roubado”, não seria mais nem menos do que um produto sem significado. Claro que a outra empresa apresentou a fórmula certa no dia seguinte e fez sucesso. Queria ele com isso demonstrar que esta proposta da Câmara Municipal, no que diz respeito aos transportes urbanos, é de alguma forma um plágio de uma proposta do Partido Socialista, que no dia 9 de Junho, aquando da apresentação do seu candidato, deu conta de alguns tópicos do seu programa, onde constavam os transportes públicos urbanos. Uma vez que o Senhor Presidente da Câmara gostou tanto da proposta deveria, ao menos deveria ter perguntado como é que a mesma seria colocada em prática, para não cair no ridículo de primeiro dizer que o trajecto ia de um ponto a determinado ponto e depois constatar que afinal não pode ser porque aquele trajecto não foi alvo de qualquer estudo e está fora do perímetro legal autorizado. Também deveria verificar se poderia ou não ter a posse da empresa concessionário dos transportes, o que não fez, pelo que teve de voltar atrás na decisão porque a Câmara não possuía alvará para o efeito. Por outro lado adquiriram-se as viaturas para agora dizer-se à população que isto vai funcionar durante um período experimental de 1 ano. Teria mais sentido colocar uma empresa concessionária com as suas próprias viaturas e no final de 1 ano a Câmara analisaria a necessidade de as adquirir ou não. Perdeu-se assim uma oportunidade de dar mais qualidade de vida ao Fundão, com transportes urbanos “amigos do ambiente”. Terminou afirmando se até ao final do mandato o PSD quiser aproveitar mais algumas das ideias do Partido Socialista as podem consultar ou solicitar já que eles próprios irão dar o seu próprio contributo, porque assim não será necessário rectificarem-se os erros do PSD.

José Luís Oliveira - Começou por falar da proposta sobre transportes públicos urbanos, apresentada pelo grupo da CDU no dia 21 de Dezembro de 2002 e aprovada pela Assembleia Municipal, pelo que quem a ler não terá quaisquer dúvidas sobre este tema. Como esta assembleia está a ser divertida e quase em termos de brincadeira, deu

os parabéns à Câmara por ter tido a coragem de cumprir a proposta que a CDU apresentou e não outra, o que é uma honra para o seu grupo, que se revê assim na proposta apresentada pela Câmara Municipal. De seguida leu um documento que se junta à presente acta constituindo o Anexo VII.

Eduardo Saraiva - Começou por lembrar que a primeira vez que esta Assembleia Municipal ouviu falar sobre este tema foi pela voz da deputada da CDU Isaura Reis. De qualquer das formas congratulou-se com a iniciativa do executivo e que embora este processo seja a título experimental, vale a pena iniciar o processo.

Isabel Coelho – Disse que não fica bem às pessoas, pegarem em propostas de outros partidos, apresentadas há algum tempo nesta assembleia. Não existe plágio nenhum, simplesmente a Câmara Municipal pegou na proposta da CDU e implementou-a. Pelos vistos o Partido Socialista é que está a fazer um plágio na proposta que recentemente apresentou. Lembrou também que a proposta da CDU foi aprovada por unanimidade e foi um dos raros momentos em que esta assembleia teve uma unanimidade, foi muito bonito e não nos devíamos esquecer.

Jean Barroca – Disse que de facto assistimos aqui hoje ao concretizar daquilo que a democracia tem de melhor que é a participação, o espírito construtivo, a elaboração de propostas, a aceitação das ideias dos outros. De seguida apresentou uma proposta ao executivo, que os utentes jovens possam ter tarifas preferenciais e que possa a Câmara com isso melhorar a qualidade de vida dos jovens da nossa cidade. De seguida disse também que não podia deixar de frisar a diferença nas posturas e na forma de estar de quem prefere falar de loções capilares e no fundo a proposta não era deles, “descobrimo-nos a careca”.

Rogério Hilário – Deu os parabéns à Câmara pela implementação dos transportes urbanos e o modelo utilizado para o conseguir. De qualquer forma alertou para o facto de este circuito apenas poder funcionar “entre Placas” e que de alguma forma para a complementar merece um interface com os transportes já existentes, assim como o facto de o Parque Industrial ser um centro de referência enquanto mobilidade de pessoas e que no futuro, através de um bom estudo do processo, pudéssemos estender estes transportes a essas zonas.

Nuno Baltazar Mendes – Disse que este tipo de situação demonstra duas coisas, felizmente há eleições daqui a 5 meses e aqui temos uma proposta experimental para durar durante o período de campanha e de eleições. Disse também que estava convencido, da avaliação que fez da proposta que pese embora o quadro legal que a delimita seria eventualmente mais benéfico que esta concessão pudesse ser efectuada numa área mais extensa. Não foi assim decidido porque em seu ver não tem a ver com um quadro legal subjacente a este projecto, mas sim com vista a suprir um quadro de urgência, próprio do período eleitoral que se atravessa. De qualquer forma o PS apoia esta proposta porque ela vai beneficiar os cidadãos do nosso concelho. O modelo escolhido é complicado sob o ponto de vista da sua sustentabilidade e essa é uma realidade para a qual devemos estar despidos. Por outro lado solicitou que o esclarecessem sobre a razão porque se propõe a Câmara a avançar para esta concessão com base na adjudicação directa, sem recorrer a um concurso público. Disse também que uma proposta apresentada pela CDU e que depois de aprovada passa a ser da assembleia municipal e não de qualquer partido. Estranho é ser aprovada em 2002 e ser implementada em Junho no ano da graça de 2009.

Eduardo Saraiva – Disse que a sua bancada não podia deixar de passar em claro algumas palavras “diplomáticas” do Membro Nuno Baltazar. Ao lembrar o Senhor Presidente da Câmara que estamos em período eleitoral, ele próprio lembrava aqui também que no estado novo havia um ministro de nome António Ferro que era conhecido pelo Ministro da Propaganda. Agora que estamos no estado democrático do Partido Socialista perguntou que nome se devia dar ao Ministro Augusto Santos Silva?

Presidente da Câmara – Disse que a paternidade deste processo está definitivamente decidido e definida. A Câmara aproveitou a proposta apresentada pela CDU, aprovada nesta assembleia para encomendar também um estudo relativo a esta matéria e esperou o momento adequado para conseguir arranjar um financiamento para implementar os transportes urbanos do Fundão. Disse também que não se tratava de um calendário eleitoral desta Câmara, mas sim de um calendário do governo do Partido Socialista, porque a proposta da Câmara já existe desde 2006, mas como o QREN só foi aberto em 2008, por razões de carácter eleitoral do governo, só agora foi possível implementar este processo, já que só em 2008 foi aprovado no QREN. Disse também que neste projecto a

20


Câmara tem vindo a aprender muito, porque não temos experiência nesta matéria e foi fixado um período experimental até ao final do ano que tem o propósito de termos a humildade de aprender com eventuais situações que não estejam devidamente equilibradas. Informou que os detentores de cartão social irão beneficiar de um desconto de 50% e esse desconto irá ser estendido em quem for detentor do cartão jovem municipal. A Câmara continua aberta a estudar outras situações que venham a ser propostas. Sobre o concurso público considerou que este era um serviço social, que não é lucrativo e que custa neste modelo cerca de 80.000 por ano € à Câmara Municipal. O que se fez foi proceder à execução de um concurso limitado com consulta aos operadores do Fundão, para implementação dos transportes num período experimental de 1 ano. A seguir vai avançar-se com as bases da concessão e proceder à realização de um concurso público internacional. O que está para além do perímetro urbano é concessionado pelo Estado, dentro do perímetro urbano a concessão é das autarquias, concluiu.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento de um ofício da ACES da Cova da Beira (Conselho da Comunidade de Agrupamentos de Centros de Saúde – Belmonte, Covilhã e Fundão) e falou da necessidade de nomear um representante da Assembleia Municipal para aquela entidade. Esperava assim que numa próxima sessão estivéssemos em condições de votar uma proposta ou se existisse um consenso entre os grupos municipais isso poderia ser feito já hoje.

Isabel Coelho – Disse que o ofício poderia ter sido incluído na ordem de trabalhos e perguntou se em termos do código administrativo é possível alterar uma ordem de trabalhos, sem 100% de votação favorável à alteração da ordem porque o regimento da AM não pode sobrepor-se ao CPA. Considerou que ninguém estava em condições de votar este assunto.

Presidente da Mesa – Disse que tardiamente teve conhecimento deste ofício, provavelmente por um problema de correios e que nem na reunião da comissão permanente deu conhecimento da mesma. De qualquer forma este documento vem à sessão à procura de consenso, não se trata de uma votação de um nome mas sim da

designação de um elemento da Assembleia, que pode ser feito por acordo dos grupos municipais. Sobre a inclusão na ordem de trabalhos informou que bastavam 2/3 da assembleia para o poder incluir, mas que não era isso que ele próprio estava a fazer.

Nuno Baltazar Mendes – Informou que se justifica que a assembleia tome já uma deliberação sobre este assunto já que não existe nada que impeça a assembleia de designar uma pessoa.

Isabel Coelho – Reiterou que era uma alteração da ordem de trabalhos que não podia ser feita nesta altura. O grupo da CDU prepara as suas reuniões, como isto não entrou na ordem de trabalhos agora só por unanimidade pode haver uma alteração.

O Senhor Presidente da Mesa - Esclareceu que não tinha sido pedida qualquer alteração à ordem de trabalhos, mas simplesmente que lhe fosse dado se possível uma indicação consensual do nome de uma pessoa para aquele conselho da comunidade ACES.

Após uma breve troca de impressões o Senhor Presidente da Mesa informou que tinha uma proposta subscrita pelos Grupos do PSD e PS relativamente a esta matéria em que designam o membro José Manuel Neves Costa para representar esta assembleia municipal naquele órgão, o que foi aceite.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19h30m. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal

1º Secretário

2º Secretário



VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e Votação da Prestação de Contas da Contas – Ano 2008 .
APROVADO POR MAÍORIA com 34 votos a favor e 2 votos contra dos membros
Isabel Coelho e José Luís Oliveira.

2-3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de caracterização
dos postos de trabalho referente ao mapa de pessoal do Município do Fundão –
APROVADO POR UNANIMIDADE

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização da
concessão da exploração e gestão do serviço de transportes colectivos urbanos da cidade
do Fundão”. – APROVADO POR UNANIMIDADE

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara

Digníssimos Membros da Assembleia Municipal do Fundão

Ex.^{mos} Senhores Vereadores

Comemorou esta Assembleia, no passado dia 25, os trinta e cinco anos sobre a revolução de Abril, tendo o Grupo Municipal da CDU manifestado a sua profunda identificação com os valores do Portugal de Abril.

Na véspera de mais uma comemoração evocativa da luta dos trabalhadores de Chicago, que determinou a declaração do dia 1 de Maio como Dia Internacional dos Trabalhadores, não pode o Grupo Municipal da CDU deixar de expressar igualmente a sua identificação com os valores subjacentes à proclamação do 1º de Maio, pois, hoje, como ontem, urge lutar com veemência pela defesa da dignidade da pessoa e do trabalhador e do valioso património civilizacional construído em liberdade e em democracia. No entanto, este 1º de Maio comemora-se num contexto extraordinariamente preocupante, quer a nível económico-financeiro quer de ataque aos direitos dos cidadãos e dos trabalhadores.

No nosso Distrito e no nosso Concelho sentem-se bem as consequências das políticas neoliberais que, desde há anos, foram impulsionadoras desta crise, com o aumento da desertificação, do desemprego, dos baixos salários, pensões e reformas, dos salários em atraso, dos vínculos precários, o encerramento de serviços, entre muitos outros.

A abertura da Loja Social do Fundão, criada no âmbito do plano de acção extraordinário definido pela Câmara e pela Rede Social do Fundão permitirá, certamente, minorar as necessidades das famílias mais carenciadas. No entanto, entende o Grupo Municipal da CDU que a situação que se vive no Concelho exige medidas estruturais e diligências do Executivo Municipal junto do Poder Central. Questionamos quais as efectuadas para minorar / ultrapassar a situação das empresas de confecções do Fundão, Hermar e antiga Massito?

Qual a percepção que a Câmara Municipal do Fundão tem e que diligências tomou até ao momento sobre a situação das trabalhadoras destas empresas que se encontram com salários em atraso ou com parte dos seus salários por receber?

Que medidas a CM do Fundão já tomou, para junto do Governo perceber de que forma está a ser aplicado o pacote aprovado na Assembleia da República sobre os apoios às empresas do sector têxtil, sabendo que estas empresas e os seus trabalhadores estão em dificuldades?



O Grupo Municipal da CDU quer afirmar, como sempre o tem feito, que continuará ao lado dos trabalhadores e das populações do Concelho e solidariza-se e saúda a luta dos trabalhadores das confecções com salários em atraso, do passado dia 15 de Abril e com todos aqueles que lutam por melhores condições de trabalho, contra a precariedade, pelo aumento salarial, contra irregularidades laborais e tantos outros ataques a que estão sujeitos.

Para que Maio, o primeiro, continue, não podemos ignorar.

Fundão, 30 de Abril de 2009

O Grupo Municipal da CDU

Isabel Coelho

José Luís Oliveira



Exmo. Senhor Presidente,

Hoje não vimos falar dos valores do endividamento do município e da vice liderança a nível nacional dos municípios em ruptura financeira (rácio entre a dívida a fornecedores em 2007 e as receitas encaixadas em 2006);

Hoje não vimos aludir ao desequilíbrio financeiro do município;

Hoje não vimos denunciar as despesas que qualificam como investimentos que não o são, e por isso sem qualquer retorno;


Hoje não vimos pedir explicações sobre os 300 milhões que dizem ter investido, e dos quais assumem dever, pelo menos, 70 milhões;

Também não será hoje que vimos pedir explicações acerca da retórica do PSD distrital que substitui qualquer forma de pensamento, e que nos faz lembrar tempos não muito distantes, mas que apesar de tudo estávamos convencidos que definitivamente arredados da convivência democrática, o tempo em que as pessoas falavam em "língua de pau" e trocavam fórmulas sem sentido, em que existia uma ferocidade que só esperava o seu momento.

A recente intervenção do Sr. Vice-presidente da câmara na sessão solene comemorativa do 25 de Abril, feita nessa qualidade, constitui um exemplo de tal retórica. Acontece, porém, que não é radical quem quer, mas quem sabe!

Infelizmente a câmara não foi representada pelo seu vice-presidente, mas sim pelo presidente da distrital, numa total confusão de estatutos, o que uma sessão solene é de todo inadmissível, mesmo considerando a

ausência de suas Exas., o Sr. Presidente da AM e do Sr. Presidente da Câmara.



Não, hoje queremos falar do nosso futuro, daquele está à nossa frente.

O mundo acaba de assistir à clamorosa derrota do pensamento político neoliberal. A ideologia do mercado entregue a si próprio, sem Estado nem regulação capaz, e a especulação desenfreada nos mercados financeiros são os responsáveis principais pela profunda crise que se abateu sobre toda a economia mundial.

Mas este é também o tempo em que o rigor, a ambição e a determinação têm de marcar as políticas, sejam elas de âmbito nacional ou meramente local.

O Fundão e o seu município não podem continuar a ser instrumentalizados e utilizados por quem utiliza a câmara para atacar a acção política do governo, sempre numa perspectiva estritamente partidária, destrutiva e falha de qualquer ideia construtiva.

A crítica política é normal e salutar em democracia. Agora, a omissão e alteração da verdade dos factos, é que é manifestamente anormal.

Porque é que se esquece os investimentos do governo no distrito, muito além do PIDAC?

Porque é que se omitem os projectos não regionalizados previstos no Orçamento do Estado?

Porque é que se ignora de forma ostensiva e até grosseira, os investimentos nacionais que têm repercussão no distrito?

Como é o caso do POFC – Programa Operacional Factores de Competitividade, através da Inovação e Renovação do Modelo Empresarial Centro com, sensivelmente 111 ME e, ainda no âmbito deste programa, a Produção do Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, com 18 ME;



Das escolas em Rede / Centro com quase 18 ME;

Da expansão das Lojas do Cidadão e a Modernização de Escolas do Ensino Secundário, para além de outras iniciativas integradas no bolo destinados à região centro;

Do Programa Pares – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais I e II. No distrito de Castelo Branco, como destaca, estão aprovados sete equipamentos, num investimento total de cerca de 2,6 ME, com criação de 39 postos de trabalho. Há também um investimento de 1,4 ME;

Da nova concessão rodoviária Pinhal Interior, com uma extensão de 567 quilómetros, entre lanços para construção (173 km), para requalificação (135 km) e para exploração (229 km);

Da Medida de Apoio à Segurança de Equipamentos Sociais e ainda 997 mil euros para o Programa de Conforto Habitacional para Idosos.

Bem sabemos que se fosse o actual PSD a decidir tais investimentos, estariam eles condenados à nascença, pois os custos seriam bem superiores aos benefícios. A nossa memória não é curta. Não esquecemos quem bloqueou os túneis da Gardunha e questionou a A23!

Que diria hoje o PSD da construção da A23? Com toda a certeza que estaríamos a sequestrar o futuro. Não, os Srs. é que não acreditam no

futuro, vivem do passado, como que revoltados de não o terem de volta, qual injustiça do povo sempre ingrato e insatisfeito.



Como se tudo isto não bastasse, ainda evidenciam uma total falta de ambição. Recreiam-se a tentar destruir os projectos de quem tem ideias e a capacidade de as concretizar, com uma agenda reformista, da qual não abdica, pesem embora todas as dificuldades. É um PSD que diz e se contradiz, no mesmo dia, a propósito de tudo e de nada.

Em suma, o que interessa é combater a acção política do governo, mesmo quando isso significa por em causa os legítimos direitos e interesses do concelho.

Não podemos calar por mais tempo a nossa indignação por tão destemperado e deslocado comportamento, o que fazemos com a legitimidade de quem não utilizou durante este mandato a tribuna da AM para promover a acção do governo. Fomos oposição séria, construtiva e responsável em tudo aquilo que se relacionou com a actividade do nosso concelho.

Assumimos que a acção dos partidos políticos pode e deve ser frontal, e que não é isso que deve causar ressentimentos. Somos também frontais e por isso assumimos o combate político. Só que não é isso que está em causa.

De acordo com a nossa Constituição da República, a lógica do poder local não é a de servir de cavalo de Tróia ao combate político nacional.

Agora que é público e notório que a câmara prescindiu do Sr. Vice-presidente, tal como este também terá já renunciado ao município, é tempo do Fundão deixar de ser instrumento da guerrilha política, que tem outros objectivos que não os do desenvolvimento da nossa terra.



Sr. presidente da distrital do PSD, discuta connosco as politicas nacionais e o seu impacto no nosso distrito, teremos muito gosto em demonstrar-lhe que não só não têm fundamento as generalidades que tem vindo a declamar, como lhe explicaremos o real impacto das politicas desenvolvidas. Naturalmente que não lhe pedimos alternativas. Reconhecemos que tal nem sequer se justifica.

Agora o que exigimos é que deixe de utilizar a câmara como tribuna para outras campanhas.

Sr. Presidente,

Os fundanenses saberão discutir, decidir e optar entre os projectos e os respectivos líderes.

O PS Tem um candidato a presidente da câmara, um líder com total disponibilidade para o município. Mais, podemos garantir que não é um líder a prazo e em sentido figurado!

Porque será que existe a convicção que o Sr. Presidente da câmara se propõe disputar um mandato para o entregar a terceiros, não que o não possa fazer, naturalmente, mas ficaria bem melhor se o assumisse desde já. Os eleitores saberiam com o que contam.

Não esqueçamos que numa democracia o cargo público mais importante é o do cidadão.

Tenho dito.

NUNO BALTAZAR MENDES

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized, cursive script.

Fundão, 30 de Abril de 2009

ANEXO III
[Handwritten signature]

Sr. Presidente
Sr Presidente da CM
Srs Vereadores
Caros e caras colegas

Esta é a última AM antes das eleições europeias, cumpre-me, por isso, prestar aqui homenagem à União Europeia.

Apesar dos valores de participação eleitoral baixíssimos, 35,5% em 1994 e 38,6% em 2004, a confiança dos Portugueses nas instituições europeias continua superior à média dos outros países europeus.

Portugal nos últimos 20 anos beneficiou muitíssimo com a integração europeia fundamentalmente com os fundos de coesão. Triplicamos o valor da densidade de quilómetros de auto-estrada por 100km², de 0,7 para 2,7., o que representa de 1986 a 2006, 2700Km de novas estradas. Reduzimos, por isso, o tempo de percurso entre cidades, aumentamos significativamente o cuidado com o ambiente, com a cultura, mas infelizmente continuamos muito por baixo da média europeia no que toca à educação. E não é com critérios vergonhosos de facilidade e de falta de exigência que se resolve o problema do abandono escolar ou da baixa taxa da população com o ensino secundário completo, que é o que este governo tem feito com a sua política educativa.

A importância da União Europeia na melhoria da qualidade de vida dos portugueses, é inquestionável, nós recebemos mais do que contribuimos para a União, deixo aqui um apelo sério ao voto nas próximas eleições e ao combate à abstenção.

Caros colegas,

A crise económica e social portuguesa não é, ao contrário do que o Governo de José Sócrates afirma, de origem externa, de influência internacional. É verdade que o mundo foi abalado pela crise financeira e




económica mundial, mas é também verdade que o país pela sua má governação não soube acompanhar a média europeia. Cavaco Silva quando era PM recebia da EU €4,5M por dia, nessa altura o país crescia, via-se obra e Portugal era um exemplo de crescimento. Hoje, José Sócrates, PM, recebe da UE €7,7M por dia, quase o dobro de Cavaco, e o país não cresce, não investe e é um péssimo exemplo europeu. Em 2005 Portugal era o 13 país da União com maior taxa de desemprego, encontrava-se no meio da lista, na média da União, em 2009 Portugal está no top 5 dos países com a maior taxa de desemprego da EU. Este Governo não soube acompanhar a crise, não soube salvaguardar o emprego e não apoiou as PME. Este Governo cava dia após dia a sepultura da economia portuguesa, foi este governo e não a crise internacional que tornou a vida dos portugueses mais difícil do que a média dos outros países perante a crise.

Mas é habitual em José Sócrates que a culpa dos problemas do país nunca sejam do seu Governo. Na educação, se há problemas a culpa é dos professores por não querem ser avaliados à sua maneira. Na Justiça, se há problemas a culpa é dos juizes que não querem trabalhar. Na saúde, a culpa é dos médicos e dos hospitais a mais que existem no país. Se existe despesismo no Estado a culpa é das autarquias e não do Governo que, por sinal, gere uma empresa que, só essa, representa uma dívida pública igual ao dobro do somatório da dívida de todas as autarquias juntas.

O partido socialista diz ser o partido da Europa. “Nós, Europeus” diz o slogan. Eu tomaria a liberdade de substituir esse slogan por um muito mais completo, por “Nós, os Europeus Incompetentes”.

Este Governo negociou o QREN com a Comissão Europeia, e relativamente a esta matéria, diz o Conselho Económico e Social num parecer aprovado por unanimidade, friso, por unanimidade, cujo relator é o Sr. Professor Doutor Adriano Pimpão, que este QREN é demonstrativo de



uma “ausência de uma política estratégica clara de desenvolvimento a longo prazo”, “não explicitação da dimensão social e de coesão territorial em articulação com as políticas de competitividade”, “omissão de uma política de promoção de pequenas e médias empresas”, “insuficiente justificação da afectação de recursos de elevado montante a grandes projectos infra-estruturais, como é o caso do novo aeroporto de Lisboa e do Comboio de Alta Velocidade”, “falta de articulação explícita do QREN com a Multiplicidade de programas e planos, sucessivamente anunciados pelo governo” e ainda nesta matéria, deu o Conselho Económico e Social mais uma nota negativa ao Governo relativamente ao processo de consulta e de discussão pública do QREN e dos Programas Operacionais sendo feitas ainda referencias à política de inclusão social insuficiente, ao modelo de governação confuso, a critérios de afectação de recursos pouco claros, ao apoio a fundo perdido apenas em grandes projectos, ao facto de não relacionar competitividade com coesão e de ignorar o desenvolvimento do interior, mas também, à sua concentração sem precedentes e a marginalização dos municípios, sendo os municípios completamente marginalizados do poder de aprovação de projectos no âmbito do QREN.

Para agravar ainda mais este cenário de incompetência, hoje, dois anos após QREN apenas 2% dos apoios comunitários foram executados, não se tendo candidatado a um euro sequer para o ensino superior. Não se entende o que pretende este Governo, ou não quer executar com receio de aumentar a despesa com a comparticipação nacional, aumentando assim o deficit, ou é mesmo por pura incompetência. Eu quero acreditar que não sendo só por incompetência é também a loucura do deficit. Mas se é positivo o controlo do deficit é ainda mais importante o investimento público que incentive a economia, que apoie as pequenas e médias empresas e que garantam e que salvaguardem o emprego dos portugueses.



O desrespeito pelos portugueses, pela economia, a politica do parecer e não do ser, dos números e não das pessoas, só demonstra que o partido socialista não é o Partido da Europa, não é o Partido de Portugal é antes sim! o partido, do partido socialista.!

Votem nas europeias, votem nas autárquicas votem nas legislativas mas não votem no PS.

Obrigado.



Na presente comunicação do Sr. Presidente, entre outros desenvolvimentos apresentados surge-nos a indicação da

“monitorização do plano de controlo da qualidade da água de consumo” de forma sucinta pelo que se solicitam informações necessárias à compreensão do ponto de situação deste problema.

Torna-se necessário para entender o que se passa com o processo de concurso da privatização deste serviço que teve início em **16/05/08** e que com os **vários prazos alargados para informações complementares**, quatro, remete agora para **25/05/09**.

Mais de um ano

Que complexidade suportará este processo

Que consequências sociais e económicas para o utente estarão para surgir neste processo

É de todo fundamental que se divulguem publicamente dos elementos do concurso para se avaliar a situação e repensar esta posição

Preocupa-nos o conhecimento de processos de outras concessões que levam ao

Aumento de preço

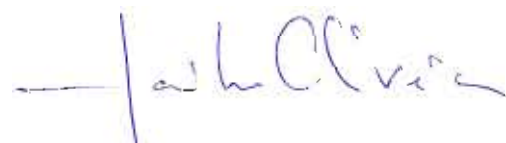
À perda de qualidade

Ao desinvestimento

As razões que o município alegou em relação às Águas do Zêzere e Côa só reforçam a nossa posição em relação a este problema.

Insistimos por isso, na necessidade de anular o concurso, já complicado por si, antes que se criem direitos adquiridos e

se reestruture o serviço público de forma capaz de fornecer um bem essencial, de qualidade e com controle de custos e direitos do consumidor.


17/5/08



Exmo. Senhor Presidente,

Ao longo destes quatro anos a informação escrita do Sr. Presidente foi mais do mesmo – propaganda e mais propaganda, para além do vasto e pormenorizado cartaz de espectáculos, com que o Sr. Presidente nos presenteia de dois em dois meses.

Salva a devida distância, felizmente, mas permita-se a alegoria: não precisamos como que de um ministro iraquiano da propaganda, para nos lembrar, relembrar, voltar a lembrar e interpretar a verdade revelada e a doutrina que lhe está subjacente!

A democracia tem de ser mais do que aquilo em que o PSD insiste.

Não lemos uma ideia, um projecto, NADA! Apenas o habitual auto elogio e merecimento, para além dos habituais hossanas.

Bastará comparar a informação propriamente dita com as longas dissertações de sua Exa. o Sr. Presidente da Câmara, exhaustivamente referenciadas nas actas das nossas sessões.

Não fossem as referências ao programa POLIS XXI, POPH e ao QREN, e ficaríamos reduzidos ao referido cartaz de espectáculos da autoria da “outra” câmara.

Isto mesmo leva-nos a interpelar V. Exa. acerca dos avultados e significativos recursos e meios afectos a tais actividades lúdico/culturais, naturalmente importantes e necessárias, mas manifestamente desproporcionadas face ao público por elas abrangido, e aos objectivos que se pretendiam atingir.



A relação entre o que é gasto e os resultados obtidos, principalmente se comparadas e avaliadas face ao número de pessoas e dos públicos por elas abrangidos é deveras preocupante.

Os nossos recursos públicos são escassos e limitados, ainda mais nos tempos que correm, em que a necessidade de intervenção social, passou a ser urgente e premente, não só em termos de palavras, mas sobretudo com actos.

A loja social é uma iniciativa meritória, mas em que a sua acção e impacto é praticamente deixada ao critério dos cidadãos.

Não que tal não seja útil e importante, que o são, mas é necessário mais, muito mais.

O tempo que corre exige da câmara uma acção mais interventora e activa, seja ao nível das políticas de emprego, seja no apoio de emergência e excepcional a quem dele está necessitado.

Gastos e subsídios de cariz marcadamente eleitoralista e festivaleiro, podem e devem ser desviados e afectos, desde já, e com toda a urgência, para o apoio a quem dele mais necessita. É o caso dos idosos em situação particularmente difícil e dos **desempregados**, principalmente nos casos em que são afectadas famílias inteiras.

É necessário apoiar, sem reservas, as iniciativas e projectos, nomeadamente dos jovens, que possam fomentar e induzir a criação de riqueza.

Esperamos que V. Exa. não fique tentado pela resposta e verbo fácil de *"que tudo está feito, e se mais não se faz é porque o governo não deixa"*.



Em nome do sentido de serviço público e imbuídos de um verdadeiro espírito de solidariedade, temos a obrigação de ouvir e escutar os apelos da sociedade e agir, estaremos assim a defender a coesão social e a evitar que situações dramáticas possam por em causa a dignidade humana, que temos de saber salvaguardar.

É para isso que a democracia também existe.

Não nos podemos acomodar. A nossa capacidade de indignação terá de ser tão forte como a nossa capacidade de acção, e existem tantas e tantas pequenas coisas que podemos fazer para beneficiar e melhorar a vida de tantos!

A luta não é só contra crise, é uma aposta no desenvolvimento que temos a obrigação de legar àqueles que nos sucederem.

O futuro continua a estar à nossa frente.

São tempos difíceis, é verdade, é por isso, também, que aqui estamos.

Tenho dito.

Nuno Baltazar Mendes

Fundão, 30 de Abril de 2009



Declaração

Conta de Gerência referente a 2008

Submetemos hoje a esta Assembleia as contas do exercício orçamental referente a 2008.

Permitam-me, antes de mais, duas notas prévias.

Poderemos classificar 2008 como um ano atípico. Um ano essencialmente marcado pelo aprofundamento da grave crise económica e social que o país está hoje a atravessar.

Razão que nos permitiria encontrar os pretextos necessários para lamentarmos as nossas dificuldades. Acontece que não fomos eleitos para fazermos papel de vítimas. Fomos eleitos para gerir o concelho com acção e com respostas concretas, não com desculpas. Sei, contudo, que esse é o caminho de outros. Mas não contem connosco para fazer demagogia. Da nossa parte, assumimos as dificuldades, mas estamos cá para as soluções. É assim que sabemos estar na política. Com seriedade, com trabalho e acima de tudo com verdade.

Mas dizia eu, duas notas prévias.

A segunda prende-se com as contas do exercício de 2008. Entendo, que por se tratar da última vez, neste mandato, que



Município do Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

prestamos, a esta Assembleia, contas da nossa execução orçamental, considero que este é também o momento de aprofundarmos um balanço que traduza a acção desta Maioria ao longo destes últimos sete anos.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Começo por 2008.

2008 foi mais um ano histórico para o concelho do Fundão. Para se perceber o que foi realizado esta Câmara executou só em 2008 mais que qualquer outro Executivo que nos antecedeu tenha conseguido executar num mandato completo. E essas são as verdadeiras contas que aqui, hoje, trazemos. As contas da exigência, do trabalho, da ambição, do rigor, da transparência e sobretudo das realizações.

Felizmente o Fundão vive outros tempos.

Voltámos a ficar próximo dos 35 milhões de euros de execução orçamental. O que significa, por um lado, mais um intenso ano de trabalho e de investimentos, mas sobretudo, o resultado de mais um grande salto nos nossos níveis de bem-estar, felicidade e qualidade de vida colectivos. De realçar que este nível de execução coloca-

nos ao lado de grandes cidades e capitais de distrito, o que é indiscutivelmente um feito notável e que nos deve, a todos, encher de orgulho.

Seguimos, por isso, confiantes, pois continuamos a construir sobre boas bases e a aproveitar todas as oportunidades que nos surgem. E apesar de todas as dificuldades e do tremendo esforço financeiro que o Município do Fundão levou a efeito, cumprimos, como sempre e com o máximo rigor, a Lei das Finanças Locais e os nossos compromissos com terceiros.

Senhor Presidente,

O nosso caminho tem sido muito claro. Um caminho que se baseia no trabalho, na verdade, no rigor e na exigência, e que assenta toda a sua estratégia na cooperação e no diálogo.

E prova disso são os resultados extraordinários que conjuntamente temos alcançado com a nossa rede de parceiros. Refiro-me concretamente às Juntas de Freguesia, aos Municípios vizinhos, às dezenas de colectividades e associações, às Misericórdias, ao Hospital, ao Centro de Saúde, aos Agrupamentos de Escola, à Associação Comercial, às redes de cooperação transfronteiriça, às



Município do Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

redes de valorização e promoção do património, como são a rede de aldeias de xisto e históricas, às redes de cidades, às redes de património histórico, às redes de ambiente, às rede cultura, entre tantas e tantas outras. O Fundão, a este nível, é uma referência.

Hoje todos sabem que há, no Fundão, uma nova filosofia e um novo modo de se fazer política. Actualmente o Município partilha com os seus parceiros as suas ideias e as suas posições. Participa em dezenas de organismos e em órgãos colegiais, colocando-se lado a lado dos seus parceiros, sem impor as suas decisões e respeitando a visão de todos. É assim que gostamos de estar na política, estabelecendo parcerias sempre em busca do interesse colectivo.

E os exemplos são muitos e que evidenciam bem os frutos que são possível alcançar quando se trabalha em equipa.

É o caso da Aldeia Histórica de Castelo Novo, da Rota das Aldeias de Xisto, dos Centros Rurais, da agência Gardunha XXI, da Moagem, do Museu Arqueológico, do novo Centro Cívico, da Biblioteca Eugénio de Andrade, da Praça Municipal, do Silo-Auto, do Piso Zero do Pavilhão Desportivo, do Pavilhão Desportivo de Valverde; do Campo de Futebol de Valverde; do Polidesportivo da Soalheira de Lavacolhos e Polidesportivo de Bogas de Baixo; do Parque Desportivo Municipal; dos campos desportivos da



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

Secundária e dos pisos de relva no Estádio Municipal e na Atalaia do Campo; do Mercado Abastecedor da Cova da Beira; da Escola Profissional; da recuperação de praticamente todo o parque escolar do primeiro ciclo; do Palácio do Picadeiro; das Piscinas Municipais Cobertas; da Pousada da Juventude; do Bairro Chinês; da Casa das Tecedeiras; do Corredor Verde, da Casa Grande da Barroca; da Casa Redonda de Bogas de Cima; da Casa do Bombo, do Parque das Tílias; das duas fases de expansão do Parque Industrial do Fundão; do Castelo de Castelo Novo; da Ponte Peso-Pesinho; da passagem superior do caminho-de-ferro na Arieira; da Estrada Alto de Silvaes – Rio; da Ligação Urbana Aldeia de Joanes-Fundão, da Av. Eugénio de Andrade; da Estrada 345 que liga a Capinha ao limite do Concelho; da Estrada Nacional 18; da ligação Janeiro de Cima a Janeiro de Baixo; da Variante a Castelo Novo; dos mais de trezentos km de pavimentações de redes viárias e arranjos de caminhos rurais que foram realizados; da Igreja Matriz do Fundão; do Largo da Igreja; do Polis XXI; do Projecto Rio em curso; da Rota da Transumância; da Festa da Cereja; dos Chocalhos; do Imago; da aposta nos produtos tradicionais e locais como o linho, o vinho, os enchidos, o queijo, o mel e a fruta; dos diversos centros sociais espalhados por todo o concelho, entre tantos e tantos outros projectos que o Fundão viu nascer nestes últimos sete anos.



Município do Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230 338 Fundão

Tudo o que o Fundão tem hoje é resultado do esforço, do empenho, da contribuição e do envolvimento directo de centenas de parceiros de que a Câmara se orgulha de ter a seu lado. Desde o proprietário anónimo que cedeu uma parcela de terreno para o alargamento de um caminho, à Junta de Freguesia que comparticipou a construção de um posto médico ou de uma calçada.

Estes são os verdadeiros resultados da nossa governação. Uma obra que é de todos os fundanenses.

E por isso, se queremos ser correctos na análise dos números não podemos esquecer o que está lá fora. Ignorando o salto qualitativo que foi dado nas condições de vida dos nossos concidadãos.

Dirão alguns, a Câmara realizou obra mas para isso recorreu ao crédito. Concerteza que sim, nunca o negámos.

Mas de uma coisa estou certo, nenhum fundanense iria compreender se o Fundão não aproveitasse aquela que será, porventura a última oportunidade de captação de meios para equipar o concelho dos níveis de bem-estar colectivos que todos reclamavam.

Jamais aceitaria que por capricho de alguns ou dogma de outros, o Fundão voltasse a ficar de fora dos fundos comunitários e não

aproveitasse as oportunidades que permitem antecipar a qualidade de vida de todos.

Quero aqui afirmar que nunca escondemos que temos uma forma muito diferente de Governar este concelho. Recordo aqui que nos três QCA que tiveram à disposição dos anteriores Executivos apenas foram aproveitados 1,6 milhões de euros.

E no mesmo pressuposto e análise, quero dizer o seguinte:

Apresentámos isoladamente ou em conjunto com os nossos parceiros, ao longo destes sete anos, 550 candidaturas a fundos comunitários. O investimento global dessas candidaturas ultrapassou os 277 milhões de euros.

Estas candidaturas resultaram num investimento directo para o Fundão na ordem dos 170 milhões de euros.

E se olharmos para todo o investimento do Município incluindo outras formas de financiamento, nos últimos 7 anos foram investidos 300 milhões de euros.

Trata-se de uma importância, que dada a sua dimensão, não permite qualquer tipo de comparação com o passado.

Seria como comparar a velocidade de um TGV com a dum triciclo.



As comparações são úteis, pois permitem-nos clarificar, contudo aquilo que nos preocupa é o futuro e aquilo que queremos continuar a construir. Hoje o Fundão só se poderá comparar com municípios de outra dimensão.

Senhor Presidente,

Quando falamos de fundos comunitários falamos de oportunidades irrepetíveis. Depois de 2013 não haverá mais fundos comunitários nem recursos extraordinários para realizar investimento. É isso que está em causa.

E as nossas opções eram muito simples: ou aproveitávamos estes recursos e recorriamos ao crédito para conseguirmos suportar a parte do auto-financiamento ou continuaríamos parados no tempo, sem infra-estruturas e equipamentos colectivos e sem dinheiro.

Este é um esforço e um caminho que foi sempre assumido e explicado aos fundanenses.

Mas as perspectivas de avaliação são bem diferentes, e ainda bem que é assim.

Onde alguns vêem dívida, nós vemos investimento. Onde alguns vêem dívida nós vemos melhorias nas condições de vida e bem-estar das pessoas.

Porque a maior dívida que existia neste concelho e essa já foi saldada por este Executivo foram os largos anos de subdesenvolvimento e marasmo a que esteve votado este concelho. Essa sim, era uma dívida inaceitável e inquantificável.

Por outro lado, impõe-se uma pergunta: O que seria do Fundão se não tivéssemos seguido este caminho?

Como estaria o Parque Industrial?

Como estariam as nossas escolas?

Como estariam as nossas aldeias?

Onde estariam os equipamentos sociais?

E as acessibilidades e as infra-estruturas?

Como estaria a nossa agricultura?

Estaria algum empresário disposto a investir num concelho que não oferecia as condições mínimas de competitividade, quer ao nível ambiental, quer ao nível cultural, social e outros?

Estaria o Fundão preparado para a situação que o país está a viver? Como estaria o Fundão a suportar a crise se não tivéssemos prosseguido esta estratégia de investimento?

Julgo que a resposta é evidente.



Diria que 2008 foi um ano verdadeiramente importante no projecto que iniciámos em 2002.

Contudo as nossas energias deverão ser agora voltadas para o futuro e para a difícil realidade social e económica que estamos a viver.

É essencialmente nos desempregados e nos idosos que pensamos.

E agir num momento difícil como este exige respostas conjuntas e envolvimento de todos.

Sabemos que mercê de muitas medidas que tomámos nos últimos anos, estamos hoje melhor preparados para responder melhor às dificuldades.

Trouxemos de resto, a esta assembleia algumas delas. A redução de 3% do IRS, os descontos para famílias numerosas nos serviços municipais de água e saneamento, os descontos possibilitados pelo Cartão Social, as reduções no IMI, as isenções de IMT, a isenção de Derrama para empresas sedeadas no concelho.

Continuámos a apoiar investimentos dentro da nossa rede social e a promovermos a instalação de novos projectos privados. Estimamos que sejam criados nos próximos anos centenas de novos postos de trabalho nesta área.

Mantivemos também a aposta no Cartão Social como instrumento de ajuda e desconto nos serviços municipais para os mais

necessitados e carenciados. Introduzimos também o Conforto Habitacional para os idosos.

Criámos no seio da nossa rede social que conta já com mais de 70 parceiros, uma Loja Social que estará ao serviço daqueles que têm mais necessidades designadamente de bens essenciais como alimentação e vestuário.

Ao nível do investimento privado e da criação de emprego demos prioridade absoluta ao nosso Parque Industrial. Depois de termos procedido à sua regulamentação e ao seu ordenamento toponímico, procedemos à sua expansão e infra-estruturação para permitir a imediata instalação dos agentes económicos. Apesar das dificuldades que algumas empresas estão a atravessar, temos também diversos pedidos de instalação.

Estamos a ultimar, também, a criação dos parques industriais de Silvares e Soalheira, numa política de cobertura de todo o território do Fundão.

Transferimos como sempre foi o nosso propósito, o Mercado Semanal para o coração da cidade como incentivo ao comércio local e tradicional. Uma acção que decorreu com enorme sucesso.



Prosseguiremos a nossa política de melhoramento das acessibilidades e do espaço público. Falo concretamente do projecto que temos com a REFER que irá arrancar já no próximo mês de Junho.

Refiro-me também à rede de Transportes Urbanos da cidade que vai ter início já no próximo dia 9 de Junho. Falo da variante das Tílias. Falo de todo o projecto de requalificação de espaços públicos e privados previstos no nosso Plano Polis XXI, entre tantos outros.

Mas Caro Presidente e Caros Membros desta Assembleia,

O que de mais importante exprimem todas estas medidas são a nossa vontade inabalável de enfrentar os problemas e olhar para o futuro com esperança, sempre com humildade, com dedicação e sentido de responsabilidade.

Considero que os resultados que alcançámos até agora, permitem-nos, pois, ter confiança no futuro. Queremos ir muito mais além. Mas de uma coisa estou convicto e confiante: estamos no caminho certo.



E só assim com firmeza, com determinação, com confiança e mantendo o rumo, conseguiremos vencer e ultrapassar todos os desafios que estão hoje colocados ao Fundão.

Muito Obrigado.

Manuel Frexes

Presidente da Câmara Municipal do Fundão



Se ver uma proposta da CDU, aprovada por esta Assembleia Municipal, começar a ser concretizada é um facto que nos apraz

Ela peca pela sua concretização tardia (apresentação em Dezembro de 2002) e por apresentar aspectos pouco esclarecidos e falta de estudos que sustentem esta forma de implementação


Não se entende o facto de, sendo um serviço que inclui equipamento e funcionários da C.M.F., tenha a porta aberta para, com “faltas devidamente justificadas” e não sendo apresentado o respectivo leque justificativo, permitir a inclusão de equipamento estranho à oferta apresentada

Não se entende o imputar à concessionária, custos de exploração e solicitar renda no montante da receita produzida com os títulos de viagem

Solicita-se à C.M.F. que os serviços jurídicos estudem a possibilidade de, no primeiro ano, ser o município a assumir o processo de instalação e funcionamento de forma a avaliar idoneamente as situações funcionais e económicas, e estabelecer custos equilibrados e circuitos abrangentes

Relembrar questões já colocadas na proposta da CDU em Dezembro de 2002 que as áreas de equipamento e lazer que se encontram fora da área urbana do Fundão continuarão com as acessibilidades reduzidas e que um circuito que não abrange a realidade funcional da cidade e freguesias limítrofes não resolverá o controle do afluxo de trânsito automóvel ao centro da cidade

Ainda referir que o circuito proposto, embora todos tenhamos a noção de que estamos a sofrer os custos da (des)organização do território, parece criar ilhas urbanas não servidas e territórios com duplicação de circuito em zonas com menor densidade populacional


14/5/08